

# AÇÕES RETIFICATÓRIAS DA FILIAÇÃO E RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA

DIMAS MESSIAS DE CARVALHO

Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais

Professor de Direito de Família e Sucessões na Universidade de Alfenas

- UNIFENAS

SUMÁRIO: 1 Introdução - 2 Negatória de paternidade - 3 Ação retificatória do registro civil por erro ou falsidade ideológica - 4 Relativização da coisa julgada na ação investigatória - 5 Conclusão

## I INTRODUÇÃO

O Direito de Família nos últimos tempos tem sofrido profundas modificações, especialmente as introduzidas pela Constituição Federal de 1988 e, sem dúvida, a maior inovação foi igualar os filhos (art. 227, § 6º) e permitir livremente o reconhecimento voluntário ou compulsório da filiação, mesmo de pessoas casadas, havidos fora do matrimônio, inclusive conferindo ao Estado a iniciativa de investigar a paternidade por meio de informações do registro civil, o que pode ocorrer espontaneamente, por meio de declarações perante o Juiz de Direito ou, compulsoriamente, mediante ação investigatória ajuizada pelo Ministério Público, legitimado concorrentemente pela Lei nº 8.560, de 29.12.1992.

A maternidade prova-se pelo parto, entretanto, é também amplamente permitida quando se tratar de recém-nascido abandonado ou de criança encontrada.

A questão que se pretende enfrentar não é o reconhecimento da paternidade hoje amplamente permitida, mas as soluções que se apresentam para corrigir uma paternidade irreal, espontânea ou compulsória, que consta do assento de nascimento, pretendendo, de forma direta e objetiva, abordar a *negatória de paternidade*, a *retificação do registro civil* por erro ou falsidade e até mesmo a *relativização da coisa julgada* nas ações de investigação de paternidade, em coerência com a mais moderna jurisprudência e as disposições do

novo Código Civil — CC.

## 2 NEGATÓRIA DE PATERNIDADE

Os filhos da mulher nascidos na constância do casamento presumem-se serem do marido, tanto os concebidos na constância da união, quanto os nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal ou nos trezentos dias subseqüentes à sua dissolução (art. 1597 do CC).

O Código Civil inovou ao incluir na presunção relativa *ou juris tantum* matrimonial os filhos havidos *por fecundação artificial homóloga* (utilizando o sêmen do marido para fecundar a mulher) mesmo que falecido o cônjuge, desde que tenha autorizado o uso do material fertilizante, os filhos havidos *por concepção artificial homóloga*, isto é, dos componentes genéticos advindos do marido e da mulher, exigindo a doutrina consentimento do casal para reprodução assistida *in vitro*, afastando-se aqui das polêmicas que certamente vão gerar se um dos genitores estiver morto, os pais do embrião doá-lo a outro casal ou se implantado em outro útero (*barriga de aluguel*) e ainda os filhos havidos *por inseminação artificial heteróloga*, ou seja, a inseminação artificial da mulher com sêmen de terceiro, com prévia autorização do marido, demonstrando sua vontade procracional, apesar de não ter o componente genético, tratando-se, pois, de paternidade com fundamento moral, privilegiando-se a relação socioafetiva (art. 1597, III, IV e V, do CC).

Na hipótese do filho nascido da mulher não ser do marido, ou, nas inovações do novo Código Civil, não ser seu o sêmen na concepção artificial homóloga ou não ter consentido na concepção artificial heteróloga, cabe *ação negatória de paternidade, de iniciativa exclusiva do cônjuge*, somente sendo admitida sua continuidade pelos herdeiros se iniciada pelo marido (art. 1601 do CC).

A ação, portanto, é de iniciativa exclusiva do homem casado para contestar os filhos havidos de sua mulher, *não podendo ser utilizada por quem não possui o vínculo matrimonial*.

O Código Civil de 1916 exige, sob pena de decadência, o *ajuizamento da ação* no prazo de dois meses se o marido estava presente e três meses se ausente (art. 178, §§ 3º e 4º, I). A jurisprudência, entretanto, firmou-se no sentido de que, tratando-se de ação de estado, de direito personalíssimo, é *imprescritível*, o que foi acolhido pelo atual Código Civil (art. 1601, *caput*).

### 3 AÇÃO RETIFICATÓRIA DO REGISTRO CIVIL POR ERRO OU FALSIDADE IDEOLÓGICA

Não se cuidando de negatória de paternidade, portanto, dos filhos havidos da mulher e registrados em nome do marido na constância do casamento, cabe ao pai que reconheceu o filho induzido em erro pleitear em ação ordinária a retificação do registro para excluir a paternidade falsa e irreal (art. 1604 do CC).

Trata-se de ação própria do suposto pai que, acreditando ser seu o filho havido fora do casamento, reconhece-o voluntariamente e, após, descobre que estava equivocado, que o filho é de outro, quer pelas diferenças físicas, confissão da mãe, incompatibilidade sanguínea, exames de leitura das impressões digitais do DNA etc.

A ação, portanto, *é de iniciativa do que reconheceu a paternidade fora do casamento*, voluntariamente, tendo sua vontade viciada ao incidir em erro.

A questão não é pacífica quando o homem, conscientemente, reconhece o filho sabendo não ser seu. O falso não pode beneficiar o autor, que agiu maliciosamente, sendo certo que o reconhecimento é irrevogável (art. 1º da Lei nº 8.560/92), entretanto, parte da jurisprudência admite a retificação visto que o registro público deve retratar a verdade.

A ação é suscetível de ser intentada também pelo suposto filho para ver declarada a inexistência da filiação, por comprovada falsidade ideológica dos pais ou erro, podendo atingir nesse caso tanto a filiação legítima quanto a havida fora do casamento. Parte da jurisprudência admite que pode ser intentada por outros legítimos interessados como, por exemplo, irmãos na divisão da herança e avós nos alimentos, mas essa posição, já acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça — no RE nº 140.579, não é pacífica, até porque viola a iniciativa privativa do marido contestar a legitimidade dos filhos havidos da mulher e dos filhos para ajuizar a investigatória (art. 1606 do CC).

Admite-se, ainda, que o filho ajuíze ação investigatória contra seu verdadeiro pai e no âmbito da ação prove a falsidade do registro da paternidade anterior e seu conseqüente cancelamento (STJ — RE nº 119.866-SP).

### 4 RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NA AÇÃO INVESTIGATÓRIA

O Direito de Família, por ser tão dinâmico e evolutivo já que atinge indistintamente todas as pessoas, independente de raça ou condição social, é

sempre muito palpitante, evidente e provoca grandes discussões. Nas últimas décadas, sua evolução e transformação tem atingido velocidade impressionante.

Na década de 70, produziu embates calorosos com a discussão e, finalmente, introdução do divórcio ao vínculo no Direito brasileiro pela Emenda Constitucional nº 09, de 28.06.1977, sendo regulado pela Lei nº 6.515, de 26.12.1977.

Na década de 80, a Constituição Federal de 1988, conforme já ressaltado, trouxe grandes transformações no direito de família como um todo, mas, sem dúvida, a maior conquista foi extinguir a discriminação e a odiosa distinção entre os filhos, permitindo que os havidos fora do casamento, designados espúrios ou bastardos, entre eles os adulterinos, investiguem a paternidade contra os supostos pais, antes protegidos pelo casamento.

Na década de 90, a companheira, que na Constituição Federal teve sua convivência reconhecida como entidade familiar, finalmente teve seus direitos regulados nas Leis nº 8.971, de 29.12.1994, e nº 9.278, de 10.09.1996, alguns deles inovadores como alimentos e sucessórios, muitos infelizmente reduzidos no atual CC em seu art. 1790, regredindo conquistas alcançadas e discriminando a união estável.

Hodiernamente, as grandes discussões são, sem dúvida, sobre os direitos nas relações homoafetivas e a relativização da coisa julgada nas ações investigatórias de paternidade.

A coisa julgada, como é sabido, é a decisão judicial de que não caiba mais recurso e, em razão de sua imutabilidade, o direito incorpora-se ao patrimônio do titular, tratando-se de garantia constitucional (art. 5º, XXXVI).

O professor Greco Filho (1989, v.2, p. 20)<sup>1</sup> esclarece que o fundamento da coisa julgada “[...] é a necessidade de estabilidade das relações jurídicas. Após todos os recursos, em que se objetiva alcançar a sentença mais justa possível, há necessidade teórica e prática de cessação definitiva do litígio e estabilidade nas relações jurídicas, tornando-se a decisão imutável [...]”, ou seja, é a eficácia, a força, que faz tomar indiscutível e definitiva a sentença, evitando a perpetuação dos litígios e a incerteza das relações sociais.

Assim, até por princípio constitucional, a decisão judicial que examinou todas as provas possíveis e produzidas pelas partes, pronunciando sobre o mérito, e concluiu pela inexistência da filiação pleiteada ao transitar em julgado opera-se a coisa julgada material, coberta pela certeza jurídica que deve

<sup>1</sup> Citado em brilhante artigo de Vladimir Brega Filho, Promotor de Justiça em São Paulo e professor de Direito do Norte Pioneiro em Jacarezinho/PR.

submeter-se à questão maior de ordem pública, da regra absoluta da coisa julgada, conferindo no processo judicial força para garantir a convivência social, dirimindo os conflitos existentes e imprescindíveis para perpetrar a composição dos litígios.

A primeira questão que se discute, entretanto, é a das hipóteses em que a ação foi julgada improcedente por insuficiência ou ausência de provas para se concluir a paternidade. Nesses casos, também opera-se a coisa julgada material, com força definitiva e imutável, especialmente em face da robustez das novas provas periciais, entre elas a leitura das impressões digitais do DNA?

O Promotor de Justiça Carlos Alberto Ribeiro Moreira,<sup>2</sup> em recente parecer, concluiu sobre a possibilidade do ajuizamento de nova ação investigatória se a parte estiver munida de provas capazes de identificar a paternidade. Com efeito, ressaltou no seu fundamentado arrazoadado que:

[...] ante a total ausência de prova por parte do autor - não se poderá extrair, sob qualquer ótica, a conclusão de que foi declarada a inexistência de paternidade.

Como o conteúdo da afirmada coisa julgada material não constituiu decisão negatória de paternidade, mas apenas decisão afirmativa de ausência de prova naquele processo, resta conclusivo que não configura ela óbice algum a que o autor procure, com o avanço da tecnologia, produzir uma prova desenvolvida mais recentemente e que apresenta caráter praticamente incontestável, o exame genético DNA.

O Juiz de Direito Paulo Roberto da Silva<sup>3</sup>, em recente decisão que julgou o autor carecedor da ação e declarou extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, V, do Código de Processo Civil — CPC, acolhendo a alegação de coisa julgada, em ação negatória de paternidade c/c anulação de registro público, proposta pelo pai que teve a paternidade declarada em investigatória de paternidade, ocasião em que recusou a submeter-se aos exames periciais, admitiu em sua decisão que “[...] com o desenvolvimento das pesquisas genéticas, a jurisprudência tem admitido a repetição da ação de investigação de paternidade, sob novo fundamento, quando a anterior foi julgada improcedente por deficiência de provas, v.g.”

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em recente decisão, por unani-

<sup>2</sup> Promotor de Justiça em Minas Gerais, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lavras, parecer nos autos nº 17097-2.

<sup>3</sup> Juiz de Direito em Minas Gerais, titular da Comarca de Passa Tempo, sentença na ação apensa aos autos nº 2635/94.

midade, acolheu a posição defendida pelo representante do *Parquet* e do emi-  
nente Juiz citados e relativizou a coisa julgada nas investigações de paternida-  
de, no caso da ação anterior negar o pedido por falta de prova segura, sem  
reconhecer ou negar o vínculo biológico da geração do filho, admitindo que  
permanece o direito do investigador de ajuizar nova ação, não fazendo a pri-  
meira coisa julgada material. Decidiu a 1ª Câmara Cível que:

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - AÇÃO AJUI-  
ZADA ANTERIORMENTE - PEDIDO JULGADO  
IMPROCEDENTE - INOCORRÊNCIA DE COISA  
JULGADA MATERIAL - AJUIZAMENTO DE NOVA  
AÇÃO - POSSIBILIDADE - O direito de investigar a  
paternidade constitui interesse indisponível e  
imprescritível, razão pela qual a investigação de pater-  
nidade, por se cuidar de uma ação de estado, não se  
materializa na coisa julgada. Negada anteriormente a  
paternidade por falta de prova segura, não tendo sido  
reconhecido ou negado o vínculo biológico da geração  
do filho e considerando que, quando do ajuizamento da  
primeira ação, o exame pelo DNA ainda não era dispo-  
nível e nem havia notoriedade a seu respeito, a senten-  
ça que julgou a pretérita ação investigatória não faz coisa  
julgada material, permanecendo o direito do investiga-  
do de quando intentar nova ação de investigação de paternida-  
de quando entender que possui elementos de prova su-  
ficientes para comprovar suas alegações, ainda que te-  
nha sido aforada uma anterior, com sentença julgando  
improcedente o pedido. (MINAS GERAIS, 2002a).

A 3ª Câmara Cível também já acolheu a possibilidade de ajuizamento  
de nova ação investigatória se a decisão da ação anterior não exclui categorica-  
mente a paternidade ou sua negativa em face da precariedade ou ausência de  
provas (MINAS GERAIS, 2002b). No voto, o Relator, Des. Isalino Lisboa,  
cita o mineiro Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (RE nº 226.436-PR) que  
aborda o tema com maestria e reconhecida capacidade, ao lecionar que:

Todo julgamento que examine e/ou resolva  
(homologue transação: resolver sem examinar a pre-  
tensão é julgamento de mérito. Aqueles outros que se  
limitam à análise de aspectos processuais ou constitu-  
cionais relativos à pretensão à tutela jurídica são julga-  
mentos de não-mérito.

mérito, Sejam os julgamentos (sic) de mérito ou não  
 não, sempre não de alcançar um momento em que  
 porque podem mais ser atacados através de recurso, quer  
 pois, vencido o prazo para a interposição dos cabi-

Os julgamentos de não mérito, porque não  
 resolvem o litígio, não impedem o retomo da matéria  
 ao Judiciário, outra vez provocado em novo processo.  
 Até porque o litígio que deu ensejo ao primeiro proces-  
 so restou irresolvido (Contribuição à Teoria da Coisa  
 Julgada, Paulo Roberto de Oliveira Lima, Ed. Revista  
 dos Tribunais, 1997, p. 19/20).

Conclui assim o eminente Min. Relator em  
 seu jubiloso voto acima citado, no que se aproveita no  
 caso em discussão:

Na hipótese, tratada, ocorreu tão-somente a  
 coisa julgada formal (aquela que não comporta mais  
 recursos e é a palavra final naquele processo), porque a  
 decisão inserida no v. acórdão acima citado deixou o  
 litígio irresolvido, sem estabelecer se o Requerido era  
 ou não o pai do Autor. Apenas se pronunciou sob a  
 ótica processual, dispondo que não havia prova sufici-  
 ente para o deslinde da controvérsia.

Assim, ocorrendo, nada impede que o autor  
 retome ao Judiciário, em outro processo, para buscar a  
 tutela de seu direito, principalmente agora que o avan-  
 ço da ciência lhe permite a prova do DNA e o próprio  
 Estado lhe coloque este sofisticado exame à disposição  
 através de convênio firmado entre a Corregedoria de  
 Justiça e a Secretaria de Justiça e Cidadania.

Entendo que não permite à autora/recorrente  
 o ajuizamento de nova ação, agora que tem à disposi-  
 ção o exame de DNA, proporcionado pelo Estado, o  
 que não lhe estava disponível à época da primeira ação,  
 já que o exame de sangue realizou pelo sistema ABO,  
 fator RH, não descartou à época a probabilidade do re-  
 corrido ser o pai biológico da autora, mas foi declarado  
 insuficiente pelo v. acórdão que o apreciou; impedir dito  
 ajuizamento é o mesmo que condená-la "ad aeternum"  
 a não ter paternidade.

Não obstante as respeitáveis considerações  
 colocadas contrariamente na enciclopédia doutrinária,  
 tenho que, no caso, dadas as suas peculiaridades, so-  
 mada à maliciosa atitude do recorrido, que até agora

nada fez de útil para a busca da verdade, furtou-se à  
 citação e ao exame do DNA pedido nos autos e em di-  
 versas outras ocasiões em que se aviaram várias outras  
 cautelares em busca da produção de prova antecipada,  
 a melhor solução está na busca de posições que aten-  
 dam aos fins sociais do processo e às exigências do bem  
 comum.

O Direito de Família está dentre os ramos do  
 Direito que apresentam as mais rápidas e consagradas  
 evoluções, não somente no campo da cultura, dos costu-  
 mes e dos valores sociais e morais do povo brasileiro  
 em especial; mas também, no terreno da ciência foi  
 possível importar sistemas de pesquisa científica da  
 ascendência e descendência genérica do indivíduo hu-  
 mano e que provocaram verdadeira revolução na afir-  
 mação judicial da paternidade, com margens inéditas  
 de declaração pioneira da verdade real e cujos efeitos  
 parece, ainda, não foram devidamente aquilutados pela  
 ciência jurídica que evoca a autoridade da coisa julgada  
 para as demandas passadas. (A Coisa Julgada na Inves-  
 tigação da Paternidade — Rolf Madaleno — apud Resp  
 nº 226.436-PR).

Na fase atual da evolução do direito de fami-  
 lia, é injustificável o fetichismo de normas ultrapassa-  
 das em detrimento da verdade real, sobretudo quando  
 em prejuízo de legítimos interesses de menor.

Deve-se ensinar a produção de provas sem-  
 pre que ela se apresentar imprescindível à boa realiza-  
 ção da justiça.

O Superior Tribunal de Justiça, pela relevân-  
 cia de sua missão constitucional, não pode deter-se em  
 sutilezas de ordem formal que impeçam a apreciação  
 das grandes teses jurídicas que estão a reclamar pro-  
 nunciamento e orientação pretoriana. (STJ - Resp nº  
 4.987-RJ - Rei. Min. Sálvio de Figueiredo - DJ  
 28.10.91-RSTJ 26/378).

Assim, cada vez mais se fortalece a posição doutrinária e  
 jurisprudencial de relativizar a coisa julgada nas ações investigatórias, quando  
 a ação anterior for julgada improcedente sem reconhecer ou excluir a paterni-  
 dade por ausência ou insuficiência de provas, permitindo o ajuizamento de  
 nova investigatória quando existirem provas suficientes para demonstrar o vín-  
 culo biológico.



A segunda questão que deve ser abordada e enfrentada é a das hipóteses em que a sentença transitada em julgado examinou o mérito e reconheceu ou excluiu a paternidade, existindo pronunciamento judicial de certeza de que o investigado é ou não o pai do investigante, surgindo prova posterior contrária à decisão. Será possível a rediscussão ou a sentença transitou em julgado materialmente?

O tema é complexo, pois admitir relativizar a coisa julgada material coloca em risco a segurança jurídica e viola garantia constitucional do titular do direito.

Por outro lado, a sentença que estabelece uma paternidade irreal é abusiva e viola o princípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CF/88), ao estabelecer uma inverdade no vínculo mais caro do ser humano.

Com efeito, a meu sentir, a coisa julgada material nas ações investigatórias também não pode ser agasalhada sob o manto do caráter abso-luto e da imutabilidade, sobrepondo a verdade, envolvendo direitos indisponí-veis nas ações de estado, não podendo ser tolerado que se eternizem erros e injustiças sob o pretexto de não eternizar litígios.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em acórdão citado no pare-cer já referido do Promotor de Justiça Carlos Alberto Ribeiro Moreira, acolheu por maioria que nas ações de investigação de paternidade não se materializa a coisa julgada, decidindo que:

PROCESSO CIVIL - COISA JULGADA - AÇÃO DE ESTADO - INVESTIGATÓRIA DE PATERNIDADE

- l. A ação de investigação de paternidade, porque uma ação de estado, é daquelas em que não se materializa a coisa julgada. A segurança jurídica cede ante valores mais altos, seja o de o filho saber quem é o seu pai, seja o de que os registros públicos devem espelhar a verda-de real. 2. A lei não pode tirar o direito de a pessoa saber se realmente a outra é seu ancestral. O processo não merece ser resumido a apenas um formalismo, sem qualquer compromisso com a substância das coisas. (DISTRITO FEDERAL, 1999).

Vale registrar que o mesmo Relator, em julgamento anterior, relativizou a coisa julgada nas ações investigatórias, ao fundamentar em seu voto que:

[...] l. A busca da verdade há de se confundir com a busca da evolução humana, sem pejo e sem preconcei-tos. *Não tem sentido que as decisões judiciais possam*

*ainda fazer do quadrado, redondo, e do branco, preto. Nesse descortino, a evolução dos recursos científicos colocados à disposição justificam a possibilidade de se discutir a paternidade, pois ilógica uma seqüência de parentesco e sucessão com origem sujeita a questionamentos. Por outro lado, imperativo que os registros públicos traduzam a efetiva realidade das coisas, sempre havendo tempo e infundáveis razões para que a verdade prevaleça ou seja restabelecida. 2. A 'coisa julgada' não pode servir para coroar o engodo e a mentira. O caráter de imprescritibilidade e de indisponibilidade da investigatória revela-se incompatível com qualquer restrição decorrente da coisa julgada. O interesse público, no caso, prevalece em face do interesse particular ou da estabilidade das decisões judiciais [...] (DISTRITO FEDERAL, 1998, grifo nosso).*

Com efeito, a evolução da engenharia genética, as mudanças dos costumes e redefinição de valores, especialmente no contexto familiar, não permite ao Judiciário a manutenção de conceitos pretéritos, incumbindo-lhe a composição dos litígios com olhos na realização da justiça e na busca da verdade real, ajustando-se à modernidade dos tempos e à evolução das pesquisas genéticas.

A sociedade moderna, cada vez mais exigente, não aceita e não tolera decisões judiciais contrárias à realidade dos fatos, existindo à sua disposição meios para comprovar o erro do pronunciamento judicial, necessitando, repita-se, serem revistos os conceitos jurídicos que não se amoldam aos tempos atuais, evitando-se o distanciamento da evolução da engenharia genética e o direito.

Assim, a conclusão a que se chega é a de que nas ações investigatórias ou negatórias de paternidade, é tão repulsivo e censurável um pai não reconhecer o filho quanto se impor uma falsa paternidade. A coisa julgada deve ser relativizada não apenas nas decisões que negaram o pedido por ausência ou insuficiência de provas mas também nos pronunciamentos judiciais que reconheceram ou negaram o vínculo biológico, se existir prova idônea e capaz de comprovar os fatos alegados pelo autor, por se tratar de ação de estado e do direito indisponível do ser humano de conhecer sua verdadeira paternidade ou filiação e esse ato atinge sua dignidade como pessoa humana, princípio garantido constitucionalmente e que deve sobrepor à coisa julgada.

O sentimento, o vínculo e a relação afetiva entre pais e filhos é de tamanha grandeza — somente quem já possuiu filhos é capaz de avaliar — que o

genitor chega ao ponto de desejar transferir aos filhos tudo o que lhe causa conforto, alegria e realizações, como as vitórias no campo profissional, o afeto, um grande amor, serenidade, segurança, prazer, e de assumir, para poupá-los, todas as desventuras do ser humano, como as dores do corpo e da alma, as desilusões, frustrações, tristezas, humilhações, fome e até a morte.

Raros não são os casos de pais que abdicam da busca da felicidade, da realização pessoal, do próprio caminho, para se dedicarem aos filhos e auxiliá-los na sua caminhada e no seu engrandecimento, não podendo sentimentos tão nobres dos seres humanos serem inibidos na busca da verdade real da filiação pela coisa julgada.

## 5 CONCLUSÃO

O reconhecimento dos filhos é amplamente permitido, de forma voluntária ou compulsória, sendo a iniciativa conferida ao filho, aos seus herdeiros — se o pai iniciou a ação em vida ou morreu incapaz — e ao Ministério Público.

A ação negatória de paternidade é imprescritível e personalíssima, cabendo ao marido contestar a legitimidade dos filhos havidos na constância do casamento ou presumidos.

A ação retificatória do registro civil é cabível para o pai retificar o assento de filhos havidos fora do casamento, quando induzido em erro ou falsidade ideológica, ou pode ser intentada para o filho, havido ou não do casamento, ver declarada inexistente a filiação incorreta. Nesse caso, pode ser cumulada com investigatória de paternidade contra seu verdadeiro pai.

E cabível nova ação de paternidade com outras provas, na hipótese de ação ajuizada anteriormente ser julgada improcedente por ausência ou insuficiência de prova segura, não tendo sido negado ou reconhecido o vínculo biológico, não fazendo nesse caso coisa julgada material a pretérita ação.

A relativização da coisa julgada material nas ações investigatórias ou negatórias de paternidade deve ser estendida para as ações em que a decisão reconheceu ou negou a paternidade, se na ocasião não existia ou não foi realizada prova pericial suficiente para demonstrar ou excluir com certeza o vínculo biológico, visto que uma paternidade irreal viola direito indisponível e a dignidade da pessoa humana, que devem sobrepor à garantia da coisa julgada material.

## Referências Bibliográficas

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento nº 2446-DF, acórdão nº 115354. Relator: Waldir Leôncio Júnior. Relator designado: Des. Valter Xavier. Brasília, 12 de abril de 1999. *Diário de Justiça da União*, Brasília, 30 jun. 1999. p. 33.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça. Apelação cível nº 4640097-DF, acórdão nº 103959. Relator: Valter Xavier. Brasília, 09 de fevereiro de 1998. *Diário de Justiça da União*, Brasília, 23 abr. 1998. p. 58.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 5. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1989. v. 2.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento nº 247.666-1/00. Agravante: José Domingos Pinto. Agravado: Isac Bruno Almeida. Relator: Des. Francisco Lopes de Albuquerque. Belo Horizonte, 14 de maio de 2002. *Minas Gerais: Órgão Oficial dos Poderes do Estado*. Diário do Judiciário, Belo Horizonte, 26 set. 2002. Caderno 2. p. 1.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Apelação cível nº 264.746-9/00. Apelante: Gabriela Amoni. Apelado: Marcos Vinícius Maranhão de Souza. Relator: Isalino Lisboa. Belo Horizonte, 07 de novembro de 2002. *Minas Gerais: Órgão Oficial dos Poderes do Estado*. Diário do Judiciário, Belo Horizonte, 09 abr. 2003.